



GEOGRAFIA DA INFÂNCIA EM “TERRITÓRIOS DE POBREZA”. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO CONJUNTO DÊNISSE MENEZES.

EIXO TEMÁTICO 3 – “OUTRAS” HISTÓRIAS?

CHAHIN, Samira Bueno

Profa. Dra. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas
samira_chahin@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo apresenta uma primeira aproximação ao Conjunto Habitacional Dênisson Menezes, lugar de pesquisa localizado no tabuleiro da cidade de Maceió e implantado no âmbito do Programa Habitar Brasil / BID. A leitura se interessa pelo contexto das infâncias e do cotidiano escolar nas dinâmicas cotidianas dos primeiros anos decorrentes à implantação do Conjunto, foi organizada por meio da mobilização de seu plano de urbanização e de histórias de vida de alguns de seus moradores. Como resultado, apresenta-se problematização inicial sobre os percalços da realização de seu plano de urbanização, bem como sobre a produção de seu território como um ambiente educativo, com a intenção de escrutinar a ideia de “formulação de planos”, comum nas práticas profissionais de urbanismo, em face da imperiosa demanda de promover viradas epistemológicas compromissadas com a produção de espacialidades e ambiências urbanas voltadas ao pleno desenvolvimento infantil. Para tanto, a noção de geografia da infância foi utilizada como chave interpretativa das fontes que compõem o estudo temporal do Observatório dos Territórios da Pobreza de Maceió. A intenção é contribuir para discussões interessadas em pensar o horizonte (im)possível das infâncias no meio urbano, tendo em vista o tecido histórico de territórios periféricos precariamente urbanizados.

PALAVRAS-CHAVE: história urbana; educação; geografia da infância; Programa Habitar Brasil.

ABSTRACT

The article presents a reflection from a first approach to the Conjunto Dênisson Menezes, research object located in the city of Maceió and implemented within the scope of the Programa Habitar Brasil / BID. The reading is interested in the context of childhood and daily school life in this neighborhood, it was organized through the mobilization of its urbanization plan and the life stories of some of its residents. As a result, an initial problematization is presented about the obstacles in carrying out its urbanization plan, as well as about the production of its territory as an educational environment, with the intention of scrutinizing the idea of “plan”, common in urban planning practices, faced with the imperative demand to promote an epistemological turn that promotes the production of urban spatialities to the full development of children. To this end, the concepts of ‘territory of poverty’ and ‘geography of childhood’ were used as interpretative keys to the sources. The intention is to contribute to the discussion interested in thinking about the (im)possible horizon of childhood in urban environments, taking into account the historical fabric of precariously urbanized peripheral territories.

KEY-WORDS: *urban history; education; geography of childhood; Programa Habitar Brasil.*

RESUMEN

El artículo presenta un primer acercamiento al Conjunto Dênisson Menezes, objeto de investigación ubicado en la ciudad de Maceió e implementado en el ámbito del Programa Habitar Brasil / BID. La lectura se interesa por el contexto de la infancia y el cotidiano escolar de este barrio, se ha organizado a través de una interpretación de su plan de urbanización y de las historias de vida de algunos de sus moradores. Como resultado, se presenta una problematización inicial sobre los obstáculos en la realización de su plan de urbanización, así como sobre la producción de su territorio como entorno educativo, con la intención de escudriñar la idea de “plan”, común en las prácticas urbanísticas, ante la demanda de impulsar un giro epistemológico hacia la producción de espacialidades urbanas para el pleno desarrollo de los niños. Para afrontar este reto, se utilizaron los conceptos de “territorio de pobreza” y “geografía de la infancia” como claves interpretativas de las fuentes. La intención es contribuir a la discusión interesada en pensar el (im)posible horizonte de la infancia en ambientes urbanos, teniendo en cuenta el tejido histórico de territorios periféricos precariamente urbanizados.

PALABRAS CLAVE: *historia urbana; educación; geografía de la infancia; Programa Habitar Brasil.*

INTRODUÇÃO

A leitura de planos urbanísticos, educacionais e teias profissionais, promovidos por ideias, discursos, disputas, ora engendrados em políticas públicas, ora engavetados como utopias, aponta para as estruturas urbanas desenhadas e implementadas hierarquicamente, em tentativas de esquadrihar a vida urbana cotidiana, social, cultural e economicamente. Ora mais ou menos democráticas, são diversas as propostas formuladas na história das cidades brasileiras. No entanto, efetivamente, qual seus alcances sobre a formação cidadã? Em que medida tais formulações se implementam, em que medida se limitam ao longo do tempo?

Em contrapartida às formulações políticas sobre o urbano, os estudos do cotidiano têm mostrado uma outra face desses planos, aquela que conta de fato sobre a realidade da experiência urbana, indicando para os ocultos, falências e rupturas - muitas vezes provocados pelas próprias ações de governo – mas também para as táticas de sobrevivência e resistência que marcam o dia a dia dos territórios. Os estudos do cotidiano têm aportado problematizações de grande valia para a interpretação da produção das cidades ao tensionarem a validade de concepções de cidade e vida urbana fechadas em si mesmas, formuladas sem aderência ao que de fato acontece com e entre as pessoas que habitam os lugares. Por meio deles, percebemos o chão da cidade de Maceió em pesquisas que têm trazido à tona o papel de pessoas ordinárias na tessitura dos territórios, lançando luz sobre a miríade de dinâmicas que fazem de seus espaços habitados.

A leitura urbana que se apresenta neste artigo busca dialogar com o arsenal de conhecimentos e práticas metodológicas acumuladas por pesquisadoras engajadas em contar as histórias urbanas de Maceió (SILVA, 2023). Assim como busca transitar pelo incessante jogo de escalas entre o ponto de vista de observadores do alto de um edifício e a mirada de pessoas que vão e vêm no rés das ruas (DOSSE, 2004), adicionando especial atenção às políticas do tempo e à tessitura da cidade contemporânea (MUDROVICIC, 2019), interessando-se em reconhecer as múltiplas dimensões educativas do ambiente construído.

Nesse solo, essa comunicação conta sobre as primeiras incursões por fontes primárias de pesquisa sobre a urbanidade do tabuleiro norte de Maceió, no contexto de meus interesses sobre como o ambiente construído, tal qual vivido, conforma as múltiplas dimensões educativas da cidade, e, numa via mão-dupla, como as astúcias cotidianas incidem sobre a produção do espaço urbano, gerando, concomitantemente, os modos de vida que formam cidadãos e que são passados de geração em geração.

O que se apresenta é uma leitura do Conjunto Habitacional Dênisson Menezes, interessada no contexto da infância e do cotidiano escolar, organizada por meio da leitura de plano de urbanização realizado nesse território e histórias de vida de alguns de seus moradores. Como resultado, organiza-se uma reflexão acerca do distanciamento existente entre os planos e a produção da cidade como um ambiente educativo com a intenção de escrutinar a ideia de “plano de urbanização” em face da imperiosa demanda de promover viradas epistemológicas na produção de espacialidades urbanas voltadas ao pleno desenvolvimento infantil. A intenção é contribuir para discussões interessadas em pensar o horizonte (im)possível das infâncias no meio urbano, tendo em vista o tecido histórico constituído em territórios periféricos precariamente urbanizados como base de problematizações.

APROXIMAÇÃO

Em vinte e nove de fevereiro de 2024 entramos pela rua principal do Conjunto Dênisson Menezes a 10Km/h com olhos de forasteiros. Ali, no horizonte árido de uma longa rua que acabava em outra, avistamos um ponto comercial onde encontraríamos quem pudesse nos dizer onde encontrar Seu Rubem¹. Meu colega, Humberto, desceu e voltou muito brevemente, pedindo para que eu fosse conhecer Ana LU: “Disse que era professor na universidade e ela quase chorou de emoção. Falei que tinha outra professora no carro. Desce para conhecê-la!”

¹ Rubem AC atuou junto à associação de moradores do Conjunto Dênisson Menezes desde que ocupavam área da Petrobrás em ato de reivindicação por moradia. Sua história de vida, registrada pela pesquisadora Débora Cavalcanti em 2003, é umas das fontes aqui utilizadas.

Ana LU realmente estava emocionada. Apesar de nunca ter encontrado pessoalmente com professores universitários, tem cuidado de um bocado de crianças no contraturno escolar (de algumas delas em período integral) enquanto mães moradoras daquele território de conjuntos habitacionais trabalham fora de seus lares, em busca do sustento de suas famílias. Ana LU não estudou pedagogia, mas sabe bem o que é ensinar. Está desde 2003 ocupando imóveis improvisados para a função escolar no Conjunto Habitacional Dênisson Menezes. Na clandestinidade, tem trabalhado nas margens de um sistema que, nem garante plenamente o direito à educação previsto na Constituição Federal, nem dá a ela, Ana LU, uma possibilidade institucional de oferecer formalmente seu trabalho às famílias para as quais colabora com a criação de suas crianças. O sistema proporcionado pelas instituições impõe barreiras físicas, financeiras e burocráticas praticamente inalcançáveis a Ana LU. Assim como para outras moradoras do Dênisson Menezes, para elas resta muito pouco além de, com astúcia, ‘correr atrás’ para resolver seus problemas. Em uma coincidência inexplicável, foi ela quem me ‘abriu a porta’ para o Conjunto.

O Conjunto Dênisson Menezes compõe um dos territórios habitacionais do tabuleiro norte de Maceió. Insere-se em tecido urbano predominantemente residencial ao lado de outros três conjuntos de casas bastante semelhantes: Gama Lins, Lucila Toledo e Santa Helena, sendo o último assim batizado em homenagem a então senadora alagoana Heloisa Helena. Juntos conformam uma gleba residencial construída entre finais dos anos 1990 e início dos 2000, em um território espreado e configurado basicamente por outros tantos conjuntos habitacionais.

Morfologicamente, o conjunto Dênisson Menezes é formado por casas térreas e telhado de barro com duas águas. Está organizado em ruas ortogonais, suficientemente largas e excessivamente áridas, sem presença de árvores. É provido por alguns poucos equipamentos públicos, algum comércio e apenas uma praça recém reformada com brinquedos e aparelhos de ginástica padronizados. No conjunto lindeiro ao Dênisson Menezes, o Santa Helena, há a igreja Nossa Senhora Aparecida (que abre somente aos domingos pela manhã para missa), o terminal de ônibus e um singelo parque de diversões com roda gigante que funciona esporadicamente a partir das 18h em períodos de festividade. A tipologia das casas

térreas inicialmente construídas já está bastante modificada, algumas poucas se desdobraram em dois pavimentos, o que não desfez até o momento a paisagem predominante horizontal deste território de conjuntos habitacionais justapostos.

Localiza-se a cerca de 20km do centro histórico de Maceió, no bairro Cidade Universitária. Isolado no território, limita-se a oeste com a Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcante de Oliveira e a sul com a Universidade Federal de Alagoas, e quase dois quilômetros distante da avenida principal, a Avenida Lourival Melo Mota. Situação que o coloca geograficamente enclausurado entre os muros destas grandes instituições que, devido à natureza de seus programas, pouco dialogam com o entorno.

Com população aproximada de 2.500 habitantes e renda média familiar inferior a um salário-mínimo, o Dênisson Menezes compõe um território periférico de extrema pobreza na cidade de Maceió (SILVA, 2023). Ainda que tenha sido implantado por meio de política pública municipal associada a programa habitacional federal considerado exemplar do ponto de vista da formulação de políticas públicas, diferentes facetas da segregação urbana são encontradas em seu território, explicitando condições da pobreza multidimensional e intergeracional que afeta sua população, a despeito da conquista da casa própria (CAVALCANTI, 2009; 2017).

Essa incursão ao Conjunto Dênisson Menezes se insere em pesquisa mais ampla, interessada em identificar como os equipamentos de educação, os espaços de lazer e interação comunitária têm sido articulados, produzidos e utilizados no cotidiano desse e de outros conjuntos habitacionais implantados nas margens urbanas da cidade de Maceió, para além do que foi posto nas linhas das políticas públicas de habitação que o conceberam. Especificamente no caso do Dênisson Menezes, em que medida estavam inscritos nas intenções programáticas do Programa Habitar Brasil? Quando observados junto ao cotidiano escolar, como integraram o sistema de ambiências que dão lugar à produção de *territorialidades infantis*?

Por meio de uma aproximação ao território e aos dados organizados pelo projeto de pesquisa Territórios de Pobreza (CAVALCANTI, 2023), busco recuperar na tessitura das

tramas cotidianas reveladas pelo estudo temporal realizado por esta pesquisa alguns traços da dimensão educativa deste território em relação às infâncias.

Figura 1: Paisagem em 2004.



Fonte: Acervo Nest, por Débora Cavalcanti.

Figura 2: Assembleia de Deus (à esquerda) e a recém-inaugurada Escola Municipal Doutor Dênisson Luiz Cerqueira Menezes (à direita).



Fonte: Acervo Nest, por Débora Cavalcanti.

Figura 3: Foto aérea do Conjunto Dênisson Menezes (2003).



LEGENDA

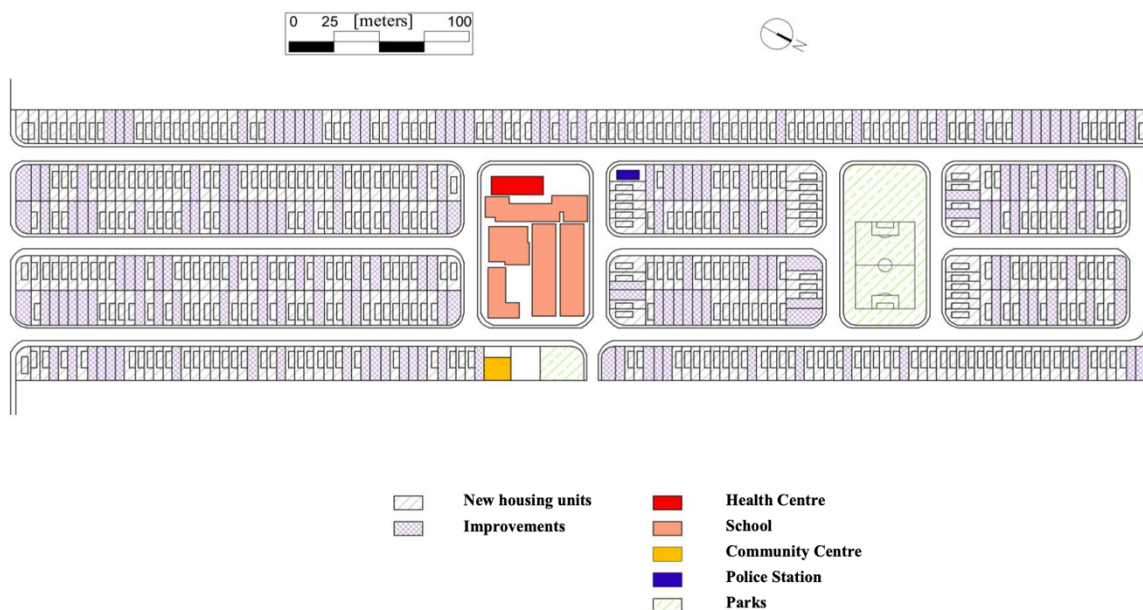
- 1 Conjunto Dênisson Menezes I 1a Quarteirão de equipamentos públicos I 1b Praça pública
2 Conjunto Santa Helena
3 Conjunto Lucila Toledo
4 Conjunto Gama Lins
5 Universidade Federal de Alagoas
6 Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcante de Oliveira

Fonte: Acervo Nest (legenda da autora).

O CONJUNTO DÊNISON MENEZES

O Conjunto Dênisson Menezes é atualmente um assentamento consolidado e regularizado pelo setor público. Seu processo de implantação foi iniciado pela prefeitura municipal de Maceió em 2001 por meio do Programa Habitar Brasil, em parceria com o governo federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi inicialmente estruturado como um loteamento de casas térreas que se organizariam numa malha ortogonal de onze quadras, prevendo a construção de uma quadra para equipamentos públicos (escola, posto de saúde, posto policial e centro comunitário) e outra para praça pública com campo de futebol (Figuras 1, 2, 3 e 4). Além da construção de equipamentos comunitários, o programa previa a implementação de projetos sociais que incentivassem a produção cultural e a integração econômica da população assentada.

Figura 4: Projeto urbano Conjunto Dênisson Menezes (2003)



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento apud CAVALCANTI (2009, p. 214)

Sua implantação foi decorrente de resposta municipal frente à ocupação que ocorrera no ano de 1996 em terreno da Petrobrás, quando famílias migrantes do interior e de outros bairros de Maceió se juntaram à União de Movimentos de Moradia, UMM-AL, pela luta à casa própria. Após anos de luta e pressões do movimento de moradores da então chamada Cidade de Lona

sobre a municipalidade, a prefeitura de Maceió designou a essa comunidade os recursos do primeiro projeto do Programa Habitar Brasil em Alagoas em 2001. Apesar da reserva dos recursos, as primeiras cinquenta casas foram entregues apenas em 2003. O projeto foi oficialmente concluído em 2005 (SECRETARIA... 2001; INSTITUTO... 2005).

O Programa Habitar Brasil (Programa Habitar Brasil/BID) foi firmado em 1999 como um acordo de cooperação entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, com o objetivo de melhorar as condições de moradia de famílias de baixa renda no Brasil por meio de intervenções em assentamento precários de capitais e regiões metropolitanas. Foi composto por dois subprogramas que visavam a superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas. O primeiro deles, chamado de Desenvolvimento Institucional dos Municípios (DI), visava o fortalecimento da capacidade dos governos locais na gestão de projetos habitacionais e urbanos, contemplando a diversidade e a complexidade de seus aspectos. Já o segundo, Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), estava diretamente implicado em ações de ordenamento territorial, direcionando recursos para intervenções urbanas em assentamentos subnormais. Além de ser direcionado às populações com renda de até três salários-mínimos, ocupantes de áreas de risco, degradadas e/ou sem acesso a serviços básicos de saneamento e infraestrutura urbana, deveria ser executado por Unidade Executora Municipal (UEM) e ser implantado a partir da elaboração de um Plano Estratégico Municipal para Assentamento Subnormais (PEMAS).

Sua viabilização em território nacional resultou da colaboração financeira entre o governo federal, por meio de recursos da Orçamento Geral da União (OGU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além da contrapartida de Estados e Municípios, sendo estes responsáveis pela execução do Programa nos territórios. Além da regularização fundiária - formalizando a propriedade da terra para residentes de assentamentos informais - e da melhoria das condições de vida nessas áreas - fornecendo infraestruturas, saneamento e espaços públicos - o programa visou a integração dessas iniciativas com o desenvolvimento social, propondo a implementação de projetos sociais junto à entrega dos conjuntos habitacionais (Brasil, 2007). Nas palavras do ministro Marcio Fortes:

Em primeiro lugar, a regularização fundiária que promove a cidadania, dá um endereço ao morador, efetivando sua inclusão social ao fornecer-lhe um título de propriedade. / A segunda ação, o trabalho social com a comunidade, desenvolve-se com três objetivos principais: mobilização e organização do aglomerado; educação sanitária e ambiental; e geração de trabalho e renda (BRASIL, 2007, p. 7).

O PEMAS de Maceió foi elaborado em 2001 no mesmo contexto político que ensejou a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Programa Habitacional de Interesse Social da cidade, permitindo uma suposta coordenação de agendas. Nessa baila, foi por meio do Programa Habitar Brasil que a urbanização, melhoria e construção de unidades habitacionais no Conjunto Dênisson Menezes foi viabilizada como um piloto, visando não apenas abrigar as famílias da Cidade de Lona que ocupavam área da Petrobrás desde meados dos anos 1990, como experimentar o que seria a execução de um programa habitacional que contemplasse, *além da construção de casas, a implantação de equipamentos comunitários e projetos sociais direcionados à capacitação profissional, geração de renda e promoção da cidadania* (INSTITUTO... 2005, p. 26).

Figura 5: Cultivo de horta hidropônica no Conjunto.



Fonte: BRASIL (2007, p. 58).

Entre ações de substituição de barracos de madeira e lona² por casas de alvenaria e a construção de novas unidades, 564 famílias seriam contempladas na primeira etapa da urbanização do Dênisson Menezes com infraestruturas de abastecimento de água (poço

² Após a transferência dos moradores e a designação dos lotes, algumas famílias, em situação de espera pela liberação dos recursos para construção das unidades habitacionais previstas pelo Programa, reconstruíram casas precárias, muitas delas refeitas de madeira e lona na nova área urbanizada.

artesianos), energia elétrica e esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e serviços públicos oferecidos por equipamentos urbanos (escola, posto de saúde, posto policial, praça pública e centro comunitário). As ações de geração de renda foram iniciadas com a capacitação de moradores para confecção e venda de artesanato, produção de horta hidropônica (Figura 5) e utensílios domésticos para uso geral (vassoura e roupa de cama, mesa e banho). Em complementaridade, houve ação específica para emissão de documentos de identificação pessoal. Segundo relato de moradores e registros do próprio programa, o desenvolvimento do projeto de urbanização e habitação foi acompanhado por reuniões com a comunidade que, paralelamente, recebia orientação sobre educação sanitária e ambiental (INSTITUTO... 2005, p. 61).

A implementação do projeto e consequente assentamento das famílias da Cidade de Lona teve efeito inicial positivo, mas parcial, na melhoria do cotidiano dos beneficiários da política pública habitacional. Primeiro porque a execução do Programa Habitar Brasil cessou pouco tempo após o término das obras civis, descontinuando as ações de geração de renda e promoção da cidadania, num clássico exemplo de ocaso das políticas governamentais no Brasil. Segundo porque o impacto positivo de se ter uma casa foi superado pela dificuldade em conseguir um trabalho.

As histórias de vida de seus moradores indicam que houve pouca permanência dos ocupantes originais no Conjunto Dênisson Menezes, uma vez que pouco tempo após a finalização dos serviços iniciais de infraestrutura urbana, boa parte dos 564 beneficiários vendeu seu lote e/ou casa e se mudou para outras localidades da cidade mais integradas ao tecido urbano e com maior acesso à infraestrutura urbana. Em grande medida, essa mudança populacional contribuiu para a descontinuidade das atividades de geração de renda decorrentes da capacitação inicial oferecida pelo Programa e, consequentemente, para a desarticulação da mobilização social que vinha sendo construída desde a ocupação da área da Petrobrás pela Cidade de Lona (CAVALCANTI, 2009).

Pouca gente que estava lá na ocupação veio para cá, muitos foram embora, porque não gostavam daqui deste local, achavam que era muito longe de tudo, realmente é. Para ir ao comércio é um dia de viagem. Eu mesmo não gosto de descer lá para o

centro. Os que vieram para cá, venderam e voltaram de novo para a favela do Eustáquio (MSC... 2003, p. 5).

O estudo temporal³ propiciado pela pesquisa Territórios da Pobreza de Maceió nos permite perceber que a história urbana desses assentamentos pode ser contada de diversos modos. Na toada das lentes da segregação urbana e da luta pelo direito à cidade, as narrativas apontam para o caráter sucessivo das exclusões que se somam, impondo inúmeros entraves de integração à vida urbana maceioense a essa população. A despeito da conquista da casa própria, o estudo temporal aponta que não houve melhora significativa na qualidade de vida das famílias contempladas no Conjunto Dênisson Menezes (CAVALCANTI, 2023).

Por outro lado, que outras narrativas emergem da mobilização deste estudo temporal quando suas histórias de vida são atravessadas por uma perspectiva interseccional? Em que medida a história urbana desse lugar encravado no tabuleiro norte de Maceió e isolado no tecido urbano, acolheu as demandas e modos de viver da infância? A segregação espacial do Conjunto em relação ao centro urbano, às áreas com maior oferta de trabalho, de comércio e serviços, impediria a constituição de condições propícias para a conformação de territorialidades infantis? O que são necessidades infantis quando pensamos em infraestrutura urbana?

³ O estudo temporal mencionado foi estruturado pelo confronto de entrevistas com moradores do Conjunto Dênisson Menezes realizadas em 2003 com histórias de vida desses mesmos moradores quinze anos depois. Seu objetivo foi entender como se deu a integração social e espacial da população urbana assentada, observando as dicotomias entre a macro escala da política pública habitacional e a microescala da ronda diária cotidiana dessas pessoas. Entre seus objetivos subjacentes, estava o desenvolvimento de modelo metodológico aplicável a outros territórios, além de fornecer bases para novas pesquisas que, *em uma perspectiva de continuidade, acompanhasse as políticas públicas e seu impacto na vida de moradores dos assentamentos precários* (CAVALCANTI, 2023, p. 6). A pesquisa germinal que dá origem a essa comunicação insere-se nesse contexto de continuidade e desdobramento para novos temas e abordagens.

GEOGRAFIA DA INFÂNCIA NO DÊNISON MENEZES

A infância, compreendida como um artefacto social, estreitamente relacionado às condições sociais que a produzem em sua localidade e temporalidade, pode existir de múltiplas formas, manifestando-se socialmente de modos diferentes ao longo da história da humanidade. Não há apenas uma infância, mas muitas infâncias. Isso porque, para além de suas características biológicas e geracionais, crianças são sujeitos que integram os grupos sociais aos quais pertencem, assim como desenvolvem relações estreitas com as práticas culturais desses grupos em seus territórios. As manifestações de infâncias, por conseguinte, não são homogêneas e acompanham a estrutura social, variando segundo classe, raça, cultura e gênero (ARIÈS, 1986; SARMENTO, 1997; POSTMAN, 1999).

Observar a geografia da infância de um território passa por compreender como cada grupo social organiza um lugar para suas crianças desde as relações entre seus membros, entre seus membros e o espaço que ocupam, *construindo uma subjetividade infantil possível de ser aceita e vivida na subjetividade coletiva do grupo, inclusive como categoria psicológica*. Isso porque

(...) existe na produção das culturas infantis uma ancoragem territorial que não apenas emoldura o contexto no qual se edifica a infância, mas, para além disso, oferece o próprio substrato material a produção da existência. Esse processo faz emergir junto à ideia de culturas infantis a existência de territorialidades infantis que são a base da produção dessa cultura. / As crianças, ao compartilharem essa realidade com as demais, irão estabelecer uma relação horizontal de identidade entre elas e criar uma relação vertical de identificação com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitam a vivência da sua infância não como se quer, mas como se pode dentro da lógica de organização social do grupo. / O sentido da infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem como grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda vida (LOPES & VASCONCELOS, 2009, p. 110-111).

Os significados atribuídos ao lugar pelos grupos que o compõe, considerados tanto por seus adultos quanto por suas crianças, tanto pelas relações geracionais verticais quanto pelas horizontais entre pares, produzem uma diversidade de arranjos culturais onde cada sujeito é atravessado pelas dimensões do espaço e do tempo que informam sobre onde vivem. Espacialidades e temporalidades são por isso categorias centrais para interpretação das

infâncias vistas em perspectiva à teia de relações identitárias presentes em determinado território (FERNANDES & LOPES, 2018).

Em uma leitura ainda mais recortada, percebo que a construção de sentido das culturas infantis é atravessada, entre outras categorias, pelo espaço físico, o que me permite inferir que as desigualdades dadas pela segregação social e racial do espaço urbano geram diferentes infâncias pois há uma estreita relação entre a vivência infantil e o lugar em que ela é vivida (FERNANDES, 1979; ARENHART, 2007; FERNANDES, 2017). É nesse sentido que cabe perguntar quais expressões de infâncias vêm sendo geradas a partir da implementação de programas habitacionais tais como o Habitar Brasil.

A mobilização da geografia da infância na interpretação do estudo temporal realizado pelo Observatório da Pobreza de Maceió – utilizado como fonte para essa incipiente pesquisa sobre o Conjunto Dênisson Menezes – aporta duas problematizações sobre a dimensão educativa da vida das crianças nesse lugar. Sem a intenção de esgotar a discussão, estas problematizações são apresentadas na sequência do texto com objetivo de apenas iniciar o debate.

A primeira problematização decorre da perda do ambiente de agremiação comunitária e luta devido à mudança populacional antes mencionada. Quais teriam sido os impactos dessa mudança populacional para a formação das territorialidades infantis? Esse tema nos remete a uma cara questão aos estudos históricos sobre a relação entre planejamento urbano e educação: o papel da constituição comunitária e dos equipamentos públicos oferecidos para esse fim na cotidiano socioeducativo de crianças em um determinado território (CHAHIN, 2018).

Devido à mudança populacional apontada anteriormente, boa parte das famílias que passaram a viver no Dênisson Menezes compraram seus pequenos lotes e/ou casas com recursos decorrentes de seus esforços individuais. Os recém-chegados não foram integrados ao movimento comunitário que se construía e, portanto, não tiveram a oportunidade de minimamente reconhecer a importância da força da organização popular pela moradia como motriz de desenvolvimento territorial do Conjunto. Aquele lugar deixou de representar a luta

coletiva de uma comunidade que se cuidou, se apoiou e construiu laços afetivos durante a ocupação para se constituir em mais um conjunto habitacional periférico onde traços das histórias de vida de mães e pais, em alguma medida, voltavam a se repetir na história da infância de suas crianças. Em alguma medida porque as histórias de vida indicam para a importância do impulso da conquista de um teto para pessoas que passaram suas infâncias morando na casa de outras pessoas, pulando de casa em casa, ou mesmo dormindo em acampamentos, sem capacidade financeira de pagar por aluguel.

A história de vida de Maria CO, assim como outras, nos conta sobre a perspectiva de uma mulher que se sentia em condição de maior segurança após conquistar um endereço num Conjunto, ante o sentimento anterior de incerteza por viver sob as condições de extrema precariedade de cortiços em favelas. A valorização da casa presente nos relatos dessas mulheres vem ao encontro das ideias de Gaston Bachelard sobre os significados da 'casa', enquanto refúgio e proteção, lugar para a organização de pensamentos, fazimento de lembranças e vislumbre dos sonhos, e em como esses sentimentos constroem o imaginário e o inconsciente (BACHELARD, 1974).

A despeito dessa grande conquista, a infância no Dênisson Menezes passou a ser produzida por valores socioculturais, morais e políticos que se distanciaram daqueles que conformaram o ambiente de luta que conquistou o direito à moradia na antiga ocupação de lona. Assim como daqueles valores e práticas deixados para trás, ainda antes, relativos à experiência de uma vida de precariedades ainda maiores no meio rural. Ao considerar a infância uma construção histórica, social e cultural, parece relevante problematizar o papel de programas habitacionais como o Habitar Brasil para além da concessão da habitação, observando seu impacto na produção da infância.

Não parece ser o caso de, nessa apresentação, discorrer sobre as implicações psicológicas dessa nova ambiência – distante da luta por direitos, porém segura debaixo de um teto – sobre a mentalidade das crianças que cresciam no conjunto. Seja lá qual for esse impacto, o que se pretende é lançar luz sobre o corpo das relações de horizontalidade que crianças

estabeleceram entre si e de verticalidade para com os adultos, ensejando frente para desenvolvimento da pesquisa.

Ainda que crianças produzam suas culturas em diálogo com a cultura adulta, a revisão bibliográfica em estudos das culturas infantis aponta para uma relativa autonomia na produção cultural das crianças. *Não se trata de independência, mas também não se trata de mera reprodução* (ARENHART, 2016, p. 17). Observação que nos leva direcionar a atenção também para outras indagações.

Sobre a segunda problematização, ao atentar mais especificamente aos impactos da política pública sobre o cotidiano das crianças em suas relações de horizontalidade, parece central observar como a formalização do plano urbano sem a disponibilização imediata das escolas⁴ previstas para o Conjunto interferiu na produção das culturas infantis desse território.

A despeito do que foi planejado em termos de infraestrutura e equipamentos públicos para o Conjunto Dênisson Menezes – que, em termos de localização, priorizou a inserção do quarteirão de equipamentos e da praça pública no centro do bairro, proporcionando um raio máximo de caminhada com cerca de 300 metros (Figura 4), distância adequada para que crianças pudessem fazer o trajeto escolar caminhando, sozinhas ou acompanhadas – os equipamentos escolares não foram entregues no momento da inauguração do Conjunto e as crianças que conseguiram matrículas foram estudar em escola situada “do outro lado da pista”.

Ao ser perguntado sobre a criação dos filhos, Rubens AC, integrante do movimento social por moradia que foi contemplado e logo assentado no Conjunto com sua família, respondeu:

Então, três estão estudando no único colégio que consegui vaga, ali no Carimbão. E uma está estudando em casa. Eu acho que dou boa criação aos meus filhos. Converso com eles, explico para eles como é a vida no mundo. Não devem responder ninguém, não devem andar com ‘maloqueiragem’. Graças a Deus crio meus filhos bem, não vivem jogados na rua cima, na rua abaixo, vivem dentro de casa. Ou estão na escola

⁴ O Conjunto é atualmente equipado com duas unidades, a Escola Municipal Doutor Dênisson Luiz Cerqueira Menezes, e o Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI, Edvaldo Albuquerque dos Santos.

ou dentro de casa, no quintal. Estão na rua sim agora, na da vizinha da frente. Não estão na rua, estão na cada da vizinha. Minha mulher é crente, eu não sou, mas por vista dos meninos que vejo aí, que não são bem-criados pelo pai nem pela própria mãe, estando na rua dizendo palavrão pro povo, jogando pedras nas coisas / Até a construção da escola está três meses parada. Não sei o que houve (...) Como sou curioso eu disse: mas o doutor, por que o senhor está parando a obra? Ele disse: Porque a Secretaria e a Prefeitura não querem liberar o dinheiro para terminar o colégio. Por que não querem terminar o colégio ninguém sabe. (AC... 2003, p. 5; 10).

Maria CO, então com 24 anos e mãe de quatro crianças, também tinha a filha mais velha estudando na escola “do outro lado da pista”, sendo que as outras três “ficavam em casa” e, assim, como os filhos de Rubens AC, indo e vindo da casa de vizinhos (CO, 2003). As fotografias da paisagem que compõe as Figuras 1 e 2 contam sobre a ambiência dessa forma de ocupação vicinal narrada pelas histórias de vida consultadas, sinalizando para o lugar existente no ‘entre’ que se conformava pelos vão de portas e janelas, gerando a ocupação do interior da casa e da calçada quase que simultaneamente.

O sonho de Tania MSC quando se instalou no Conjunto era montar uma creche (MSC, 2003). Não à toa, Tania MSC não foi a única mulher assentada no Dênisson que vislumbrou essa ocupação. O cuidado de crianças na primeira e segunda infância foi o ofício ao que se dedicou a esposa de Rubens AC desde que chegou para viver no Dênisson Menezes. Sua esposa mantinha, em outra casa do Conjunto que não a sua, um espaço para receber crianças enquanto outras mães trabalhavam, seja em jornadas fixa de trabalho ou em serviços temporários que eventualmente apareciam.

Essa também é a história de Ana LU, quem me “abriu a porta” do Conjunto, que há quase duas décadas tem mantido um espaço informal de abrigo e cuidado de crianças, ofertando apoio para mães que seguem carentes de matrícula escolar e/ou outras formas de serviço público voltado ao cuidado cotidiano das crianças.

Como a ausência do estado, desencadeia a formação de redes de cuidado e educação como essas? Como essas táticas de sobrevivência ensejaram a formação de outras territorialidades infantis, mais abertas ao uso da rua e embasadas em relações de vizinhança? Como a vida das famílias nesses conjuntos habitacionais recém-implantados foram estruturando as territorialidades infantis das periferias urbanas contemporâneas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações apresentadas resultam de uma primeira aproximação ao Conjunto Dênisson Menezes e às fontes de pesquisa oportunizadas pelo projeto Observatório dos Territórios da Pobreza de Maceió. No emaranhado das questões que emergem desta leitura inicial, é possível perceber algumas pontas desde as quais desenrolar histórias e reflexões sobre a conformação da geografia da infância em conjuntos habitacionais implantados em territórios periféricos.

Ao identificar como os programas e equipamentos sociais propostos junto ao Conjunto Dênisson Menezes foram implementados, observando suas diretrizes gerais e parâmetros físicos de implantação ao longo do tempo, percebe-se facilmente que houve (a) um quase imediato desmonte das propostas de cunho sociodesenvolvimentistas e (b) uma “acomodação” das vidas, transformando os usos dos espaços e constituindo práticas comunitárias bastante distantes do que havia sido imaginado inicialmente pelo Programa Habitar Brasil BID.

Sobre a implementação do plano do Conjunto, fato é que a construção escolar não foi priorizada pelos executores do Programa Habitar Brasil em Maceió, sendo suas escolas de educação infantil e ensino fundamental os últimos equipamentos públicos entregues. Esse é apenas um outro exemplo da quase permanente desarticulação entre programa habitacional e programa escolar e, sobretudo, da reincidente negligência dos direitos de crianças na produção dos territórios periféricos por políticas públicas.

Corroborando os resultados da pesquisa Observatório dos Territórios da Pobreza de Maceió, parece fundamental frisar sua indagação sobre o alcance dos planos de estruturação urbana – tal qual vêm sendo implementados – no combate à pobreza financeira intergeracional. Programas habitacionais partem de planos e, como condição intrínseca a seu significado, suas implementações não necessariamente tiram do papel a totalidade de suas idealizações. Fato é que funcionam como linhas determinantes na vida das milhares de famílias territorializadas

nos Conjuntos que produzem, porém parece pertinente indagar em que medida seus instrumentos são capazes de viabilizar os resultados pretendidos para além da construção material, alcançando seus termos sociais, políticos e econômicos.

Apesar disso, a vida se viabiliza, as pessoas “dão seus pulos”, assim como crianças encontram sempre as brechas para “ser criança”, para brincar e interagir entre si e com o meio, à despeito da distância entre a casa e a escola, à despeito da disponibilidade de infraestrutura urbana adequada a elas. A leitura das histórias de vida, assim como a organização de marcos teóricos para estudos temporais, é condicionada por regimes de interpretação e modos de narrar.

Ao considerar a pluralidade das narrativas possíveis, o que se pretende com essa incipiente pesquisa é somar considerações sobre as infraestruturas voltadas às crianças que Programas Habitacionais aportam, organizando parâmetros para se pensar a produção da infância a partir do território que a oportuniza. Essa apresentação resulta de uma busca pela geografia da infância no Conjunto Dênisson Menezes, com objetivo de contribuir com as miradas interseccionais sobre a história das cidades.

HISTÓRIAS DE VIDA CONSULTADAS

AC, Rubem. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

CAS, Maria. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

CF, Terezinha. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

CO, Maria. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

CS, Maria. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

MS, Eliene. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

MSC, Tania. [História de vida contada a] Débora de Barros Cavalcanti. Acervo Núcleo Estudos do Estatuto da Cidade, Nest/FAU-UFAL, Maceió, nov. 2003.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Habitar Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

CHAHIN, Samira Bueno. **Elos entre escolarização, sociedade e cidade: o programa da educação progressiva na primeira metade do século XX**. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, SHCU. A cidade, o urbano e humano. Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro, 2018.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O mito do método**. Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, Vol. 25, pp. 61-100, 1976.

CAVALCANTI, Debora de Barros. **Lutando por um lugar na cidade de Maceió**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, nº 30, pp. 1-18, 2017.

CAVALCANTI, Debora de Barros. **Fighting for a place in the city: social practices and state action in Maceió, Brazil**. Tese (doutorado) – Department of Geography and Environment of London School of Economics and Political Science, LSE. Londres: 2009.

DOSSE, Françoise. **O espaço habitado segundo Michel de Certeau**. Art Cultura, Uberlândia, nº 9, pp. 81-92, jul./dez. 2004.

FERNANDES, Maria Lidia Bueno; LOPES, Jader Janer Moreira. Território, cultura e educação: a configuração da infância em tempo/espaço outro. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, nº 101, p. 133-146, jan./abr. 2018.

FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Protagonismo infantil e cultura em território quilombola. In: **BIENAL IBEROAMERICANA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**, Volume 2. Infancias y juventudes ibero-americanas: transformaciones democráticas, justicia social y procesos de construcción de paz, p. 28-35. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL, IBAM. **Habitação de Interesse Social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELOS, Tânia. Geografia da infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, nº1, pp. 103-127, jan./jun 2009.

MUDROVICIC, María Inés. **The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?**, Rethinking History, Vol. 23, nº 4, pp. 456-473, 2019.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SARMENTO, Manuel J.; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: As crianças: Contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997, pp. 9-30.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO, SMHPS. **Documento do Projeto Habitar Brasil BID**. Brasília: CEF, 2001.

SILVA, Carla Valéria de Lima. **Ficha de caracterização do Conjunto Dênisson Menezes**. In: CAVALCANTI, Débora de Barros. Territórios da Pobreza de Maceió. Relatório final e texto síntese. Chamada Universal, MCTIC/CNPQ, nº28/2018, março de 2023.

SILVA, Maria Angélica da (Org.). **Arquiteturas costuradas: corpos, gestos, experimentos criativos**. Maceió: Edufal, 2023.